



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0002148-81.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Marcos Paulo Re**
 Requerido: **Indiana Seguros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARCOS PAULO RE, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança cc. Indenização contra INDIANA SEGUROS S/A, também qualificada, alegando tenha firmado com a ré contrato de seguro tendo por objeto o veículo *Ford Ka* que teria sido furtado no dia 10 de novembro de 2012, sinistro que a ré se recusou a indenizar sob a alegação de que o prêmio da apólice não teria sido pago, o que não seria verdadeiro vez que já teria realizado o pagamento de três (03) parcelas do prêmio, nos dias 10 de julho de 2012, 06 de setembro de 2012 e 05 de outubro de 2012, estando em mora de apenas quatro (04) dias no pagamento da parcela vencida em 05 de novembro de 2012 quando o sinistro ocorreu, de modo que não poderia a ré recusar-se a pagar a indenização, até porque recebeu a parcela vencida em 05 de dezembro de 2012, cancelando o contrato em seguida, de modo a lhe causar não apenas o prejuízo material pela não cobertura do seguro, como ainda prejuízo moral, reclamando, assim, o pagamento da indenização referente ao valor dos reparos do veículo, como ainda indenização por dano moral a ser arbitrado.

Não obtida conciliação em audiência preliminar, o réu contestou o pedido sustentando que o contrato havia sido cancelado pelo não pagamento da parcela do prêmio vencida em 05 de novembro de 2012, mora que foi objeto de cobrança através de carta que já o advertia de que, caso não purgada a mora, o contrato seria cancelado em 05 de dezembro de 2012, não podendo essa consequência ser ilidida pelo fato de o autor ter pago a parcela vencida em 05 de dezembro de 2012 no dia seguinte, aduzindo não haja prova do dano material, apurado por ela, ré, em R\$ 994,50 já descontada a franquia, refutando a existência de dano moral, de modo a concluir pela improcedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.

O tema debatido é tão somente de direito, admitindo o conhecimento do mérito desde logo.

A mora do autor em relação ao pagamento da prestação do prêmio do seguro vencida em 05 de novembro de 2012 é fato incontroverso, pois o autor não o afirma na inicial e não impugna o quanto afirmado pela ré em contestação.

Depois, a prova acostada à inicial demonstra tão somente o pagamento da parcela vencida em 05 de dezembro de 2012 (*fls. 18*).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Cuida-se, portanto, de se saber se poderia ou não a seguradora considerar rescindido o contrato, e a resposta a essa divergência é que não poderia, pois para tanto seria necessário constituir regulamente o segurado em mora, a propósito da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *“Ausente prova de constituição do segurado em mora no pagamento do prêmio, a falta de pagamento de parcela do prêmio vencida antes do sinistro não pode ser considerado fato obstativo do direito à indenização securitária pleiteada em caso de sinistro, considerada abusiva a cláusula de rescisão automática, sem prévia interpelação ou notificação do segurado, por violar os incisos IV e XI do art. 51 do CDC. Assim, considera-se vigente o seguro quando da ocorrência do sinistro, pelo que tinha o segurado a possibilidade de quitação dos prêmios atrasados, circunstância esta que bem pode ocorrer com a mera compensação do valor dos prêmios atrasados com o valor da indenização pertinente, sendo de rigor, portanto, a parcial procedência do feito, afastada a indenização por danos morais pleiteada”* (cf. Ap. nº 0012476-61.2012.8.26.0451 - 31ª Câmara de Direito Privado TJSP - 01/10/2013¹).

No mesmo sentido: *“A mora no pagamento das parcelas do prêmio não enseja, de pronto, a perda do direito à indenização ou o reajuste do prazo de vigência da apólice Necessidade de prévia interpelação - Indenização securitária devida, descontando-se o valor das parcelas do prêmio não pagas - Ausência de danos morais indenizáveis”* (cf. Ap. nº 0408991-03.2009.8.26.0577 - 34ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/09/2013²).

É, portanto, procedente a ação nessa parte, cumprindo à ré arcar com o pagamento de indenização em valor correspondente aos custos e despesas para reparo do veículo do autor, conforme venha a ser comprovado em regular liquidação por artigos.

Na medida em que a ré realiza o pagamento diretamente à empresa que presta o serviço de reparo, não há necessidade de se deliberar a respeito de correção monetária.

Do valor desses reparos admite-se possa a ré realizar o desconto do valor da franquia contratada bem como o valor das prestações eventualmente em mora no momento da liquidação desse dano, a ser realizada em fase de execução do sentença.

E não há, por isso, como se pretender não haja prova do dano material, pois este está demonstrado pelo boletim de ocorrência juntado pelo autor (fls.23) e pelas fotos juntadas pela ré (fls. 86/88), não havendo se exigir liquidação nesse momento da demanda, onde se discute o *an debeat*, ficando o *quantum* reservado à liquidação da própria sentença.

Em relação ao dano moral, não há procedência no pedido, pois o próprio autor deu causa, com a mora culposa no pagamento das parcelas do prêmio do seguro, a que houvesse recusa no pagamento da indenização, de modo que, a propósito dos precedentes já ilustrados, a situação deve ser havida como *“mero dissabor que não pode ser alçado ao patamar do dano moral”*, ao qual está reservada *“somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige”* (cf. STJ, REsp 215.666, Rel.Min. Cesar Asfor Rocha, RSTJ 150/382).

A ação é procedente em parte, ficando, pois, compensados os encargos da sucumbência.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré INDIANA SEGUROS S/A a pagar ao autor MARCOS PAULO RE a importância que vier a ser apurada em liquidação por artigos referente ao custo e despesas necessárias ao reparo do veículo *Ford Ka ano 2011 placas EYR-3102*, objeto da apólice nº 31528615, admitindo-se à ré realizar, frente ao saldo assim apurado, o desconto do valor da

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

franquia contratada bem como o valor das prestações eventualmente em mora no momento da liquidação desse dano, compensados os encargos da sucumbência.

P. R. I.

São Carlos, 08 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**